



GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

O povo indígena Juruna da TI Paquiçamba Grande atingidos pela hidrelétrica de Belo Monte: conflitos socioambientais e processos de re-existência.

Autoria: Roberta Amanajás Monteiro, Roberta Amanajas Monteiro

O artigo debate a implementação da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu na Amazônia brasileira e seus impactos nas práticas tradicionais do povo Juruna da Volta Grande, a partir da teoria decolonial. O povo Juruna da TI Paquiçamba vive no beiradão do rio Xingu, a jusante do barramento principal, e tem suportado transformações cotidianas e radicais em suas relações tradicionais com o meio ambiente. A construção da hidrelétrica data de um contexto de crise climática mundial com consequências civilizatórias e um acelerado processo de financeirização econômica e ambiental, em que os projetos desenvolvimentistas que estiveram em curso na América Latina, especialmente no primeiro decênio do século XXI, reposicionam os debates e as práticas de direitos humanos e da natureza dos povos indígenas no âmbito do sistema mundo colonial/moderno. Duas tensões estão em disputa: a do capital, que nega a ocupação do espaço, seus usos e relações o território e a do povo Juruna, que re-existe com suas formas de vida tradicional e relação com o ambiente. Em consequências, configura-se um contexto de violência e de conflito ambiental em que os povos indígenas reivindicaram o reconhecimento e o exercício de seus Direitos, dando novos sentidos e concretude.



Realização:



Apoio:



Organização:

